

Sumário

Situando o debate: uma necessária dietética normativa dos sistemas jurídicos nas regulações sobre o corpo e a sexualidade	1
Referências	11
Os novos nomes do amor e a reconfiguração das relações familiares: desafios para as narrativas jurídicas.....	13
Considerações iniciais	13
1. Amor e afeto na narrativa familiar.....	15
2. Os desafios do Direito em normatizar e “normalizar” as narrativas afetivas, amorosas e familiares	27
Considerações finais	32
Referências	33
O amor e o direito pertencem a “idiomas” distintos: uma crítica à juridicização do afeto.....	37
Considerações iniciais	37
1. As metamorfoses do amor e seus reflexos na família	39
2. O “fazer jurídico” contemporâneo: entre lacuna e excesso	46
3. A (in)capacidade do Direito de dizer do amor e do afeto: uma crítica ao decisionismo nos tribunais brasileiros.....	52
3.1 “Amar é faculdade, cuidar é dever”	52
3.2 “Afeto não tem preço”	53
3.3 Ter afeto (e ser feliz) é constitucional.....	55
3.4 Entre cuidado, afeto e responsabilidade.....	56
Considerações finais	58
Referências	60

“Com quantos quilos de medo se faz uma tradição?”: a mutilação genital feminina e suas implicações para os direitos humanos65

Considerações iniciais65

1. Direitos humanos e sua dimensão universal:
da concepção moderna à contemporânea67

2. A tutela dos direitos humanos em uma sociedade multicultural72

3. A mutilação genital feminina e os caminhos
para um diálogo intercultural77

Considerações finais83

Referências85

O corpo que fala: a (im)possibilidade de regulação das novas experiências corporais pelo direito89

Considerações iniciais89

1. O corpo entre biologia e biografia, entre natureza
e cultura: itinerários de uma ambivalência91

2. Quem e o que construiu (visibilizou)
os corpos femininos ao longo da história?98

3. *Moi-peau*: decifrando o corpo (e o mundo) feminino102

4. “*Your body is a battleground*”: o Direito
se apropria do corpo feminino109

Considerações finais113

Referências115

Sexo, desejo e perversão na “corda bamba”: a apropriação jurídica do erotismo não convencional..... 119

Considerações iniciais119

1. Calar, controlar, transgredir: sexo e sexualidade
entre a cruz e a espada.....121

2. Narrando o inenarrável: o Direito tem algo a dizer sobre o sexo?	128
3. Corpos indóceis, desejos subversivos: os limites da sexualidade ...	136
3.1 O Direito como a expressão normativa do Martelo das Bruxas: reflexões sobre o controle social da sexualidade feminina e a questão da prostituta	137
3.2 As narrativas médica e jurídica e o controle social da homossexualidade	144
3.3 Corpos inquietos, sexualidades “desviantes” e o que dizem os tribunais	151
4. Diferença e desejo: duas categorias de ruptura das violências jurídicas contra o direito fundamental à livre manifestação da sexualidade	159
Considerações finais	165
Referências	167
Direitos humanos e vulnerabilidades atravessadas: a discriminação interseccional no caso Gonzales Lluy y otros vs. Equador da Corte Interamericana de Direitos Humanos	
Considerações iniciais	177
1. “Nosso norte é o Sul”: o Sistema Interamericano de proteção	178
2. O caso Gonzales Lluy vs. Equador: as potencialidades (e limitações) de um julgado	185
2.1 A importância do Protocolo de San Salvador para os direitos humanos nas Américas	188
2.2 Discriminação interseccional e a identidade como simulacro	194
Considerações finais	199
Referências	200

**“Com seu sexo você vai fabricar verdade”: o caso Luiza Melinho
vs. Brasil do Sistema Interamericano de Direitos Humanos205**

Considerações iniciais 205

1. O Sistema Interamericano de Direitos Humanos
e a proteção de direitos sexuais..... 207

2. “Não me pergunte quem sou e não me diga para permanecer
o mesmo”: o caso Luiza Melinho vs. Brasil212

Considerações finais217

Referências218

**Identities que (trans)bordam nos espaços burocráticos:
a OC 24/2017 da Corte Interamericana de Direitos Humanos
e sua repercussão nos autos da ADI 4275/DF223**

Identidade de gênero e orientação sexual na OC 24/17 e
ADI 4275/DF: o diálogo das Cortes é possível? 224

Considerações finais 236

Referências 238

**Corpo ausente entre flertes e caracteres: a narrativa
jurídico-legal dos afetos virtualizados 243**

Considerações iniciais 244

1. Revolução digital e afetos cibernéticos: tecnologia e
sociabilidade no mundo contemporâneo 245

2. A apropriação jurídico-legal dos afetos em tempos cibernéticos...253

Considerações finais 265

Referências 266

**A proteção jurídica das minorias sexuais e constitucionalismo
identitário no Supremo Tribunal Federal271**

Considerações iniciais271

1. O Supremo Tribunal Federal e sua função contramajoritária: reflexões sobre um constitucionalismo identitário	272
2. Sexo, corpo e gênero nas recentes decisões do Supremo Tribunal Federal.....	281
2.1 O Direito constitucional das mulheres nas decisões recentes do STF	281
2.2 O direito constitucional das pessoas LGBTQIAPN+: quando o debate sobre a “pele que habito” ocupa sua posição de representatividade legítima no STF.....	285
Considerações finais	293
Referências	294